

Brasil

## Economia

Todos os anos, o governo gasta US\$ 14,4 bilhões em incentivos fiscais e subsídios. Por aí deve começar a reforma fiscal do governo Collor, reduzindo-se drasticamente essa conta. O combate aos sonegadores é também uma das prioridades da equipe de Zélia Cardoso de Mello, cuja cotação subiu muito junto a Collor. Mas ainda há dúvidas.

COMPUTADORES  
DE GRANDE PORTA  
QUE PESAM  
POUCO NO BOLSO.

CPM®  
INFORMATICA

COMPUTADORES  
DE GRANDE PORTA  
QUE OCUPAM  
ESPAÇO PEQUENO.

CPM®  
INFORMATICA

# Um corte radical nos subsídios e incentivos

JOEL SANTOS

Todos os subsídios e incentivos fiscais são passíveis de extinção ou drástica redução. E como o Tesouro Nacional não pode mais continuar suportando a sangria de recursos estimada em US\$ 14,4 bilhões anuais provocada pela concessão de tais benefícios, uma das primeiras medidas a ser anunciada pelo presidente eleito Fernando Collor de Mello, logo após a sua posse, em 15 de março, é a redução drástica de certos incentivos e subsídios e a eliminação pura e simples de outros.

O economista Carlos Henrique de Moraes, um dos coordenadores da equipe de Zélia Cardoso de Mello, principal assessora econômica de Collor, contou ontem que um levantamento realizado pela equipe mostra que no Brasil existem hoje 110 tipos diferentes de subsídios, cujos resultados em forma de retorno econômico ou social são praticamente nulos.

Diante desse quadro, a equipe que elabora o plano de estabilização da economia, a ser entregue ao presidente eleito tão logo ele retorne ao Brasil, defende essa proposta. Os dados em nosso poder mostram que essa política serviu apenas para privilegiar alguns setores — justificou o economista.

Outros economistas que fazem parte da equipe de Zélia Cardoso de Mello garantiram, embora sem especificar quais, que os setores cartoriais que sobrevivem à tuta dos subsídios oficiais perderão os privilégios e, se quiserem continuar em suas atividades, terão que mostrar competência. Saber-se que os setores beneficiados pelo "cartório do aço" (comerciantes do produto) e os usineiros de açúcar e álcool do Nordeste serão atingidos pela medida.

Embora não confirmasse a informação, Carlos Henrique Moraes admitiu que no novo governo — "e isso Collor já nos deixou claro" — os subsídios e in-

centivos fiscais só serão concedidos após rigorosa e criteriosa análise, cujas aplicações serão fiscalizadas constantemente.

O economista admitiu também que um dos setores que poderá ter seus incentivos e subsídios reduzidos e, em certos casos, até extintos, é o exportador. No documento "Diretrizes de Ação do Governo", o plano de governo divulgado por Collor durante a campanha já mostrava a disposição do presidente eleito em alterar radicalmente a atual política de benefícios fiscais.

No capítulo que trata das Reformas Estruturais e mostra a necessidade de uma renegociação da dívida externa, a equipe econômica coordenada por Zélia Cardoso de Mello, que elaborou o documento, afirma que a proposta de renegociação parte da premissa de que, nas atuais condições estruturais da economia brasileira, o crescimento econômico é incompatível com a geração de excedentes comerciais de magnitude dos observados nos últimos anos. Os economistas entendem que a maior parte dos saldos acumulados desde 1983 tiveram como origem a concessão de benefícios fiscais e creditícios, a compressão salarial e, como consequência, a forte redução da demanda interna. "Somente com salários baixos e estímulos artificiais as exportações, no seu conjunto, puderam saltar aos níveis em que hoje se encontram", afirmam os economistas.

E, no capítulo que trata da Reforma Fiscal, o documento volta a mencionar a questão dos incentivos e subsídios. Diz que uma reforma fiscal que aponte na direção do crescimento econômico e da justiça social não pode prescindir de uma profunda revisão nos mecanismos de renúncia fiscal. Isso supõe uma análise de cada um dos incentivos fiscais, isenções, subvenções econômicas e subsídios creditícios avaliando-se a relação custo/benefício.